

GUIA de FORMAÇÃO OFICINAS DE LINGUA PORTUGUESA

EDITORIAIS DE IMPRENSA ESCRITA Programa de Reforço de Capacidades dos Media: Editores e Chefias

Entidade Formadora:



Universidade Amílcar Cabral



FICHA TÉCNICA

Texto: Zaida Pereira, Incanha Intumbo e Fernando Jorge Lopes Pereira

Zaida Pereira, Linguista da Universidade Amílcar Cabral

Licenciada de Português pela Universidade de Paris VIII Vincennes à Saint-Denis com equivalência ao grau de Licenciada em Línguas e literaturas Modernas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Zaida Pereira foi Professora de Português no Liceu Nacional Kwame N'Kruma de Bissau e mais tarde Professora auxiliar da Universidade do Algarve em Portugal. Zaida Pereira tem leccionado disciplinas em diferentes mestrados e participado como Júri de Mestrado e Doutoramento. As suas publicações e comunicações no âmbito da língua portuguesa contam-se por dezenas.

Actualmente é a Reitora da Universidade Amílcar Cabral de Bissau.

Incanha Intumbo, Linguista Universidade Amílcar Cabral

Licenciado em Linguística, Incanha Intumbo é Pós-Graduado, Mestre e Doutor em análise e descrição linguística pela Universidade de Coimbra.

Tem sido professor de Português, latim e crioulo no Liceo João XXIII de Bissau, docente na Universidade Católica de Guiné-Bissau e Coordenador do curso de línguas e docente no Instituto Superior Politécnico Benhoblô. Como analista de Língua tem desenvolvido trabalhos em Alemanha e Suíça.

Actualmente é linguista na Universidade Amílcar Cabral.

Fernando Lopes Pereira, Consultor externo especialista em géneros e escrita jornalística

Fernando Lopes Pereira é Licenciado em Jornalismo pela Universidade Kliment Ohridski de Bulgária. A sua ampla experiência profissional abrange desde correspondente para rádios Internacionais, sedado tanto em Bissau quanto no estrangeiro, passando por Director de imprensa escrita na Guiné-Bissau e até consultor de informação e comunicação para diversas instituições internacionais.

Actualmente é consultor na seção de Assuntos Políticos de UNIOGBIS e correspondente do semanário Expresso Lisboa e da revista angolana Africa 21.

Revisão: Tony Tcheka, Perito Media da UGP UE-PAANE

Revisão e formatação: Sonia Sánchez Moreno, Coordenadora da UGP UE-PAANE

Data: 13-11-2015

O EU-PAANE - Programa de Apoio Aos Actores Não Estatais “*Nô Pintcha Pa Dizinvimentu*” é um programa financiado pela União Europeia no âmbito do 10º FED. Este Programa, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, é implementado através da assistência técnica de uma Unidade de Gestão de Programa gerida pelo consórcio IMVF / CESO CI.

O UE-PAANE, no âmbito do reforço de capacidades dos Media, desenhou um programa dirigido às **rádios comunitárias** e um programa de reforço dirigido às **rádios de vocação nacional, jornais e TVs Comunitárias**. O presente documento faz do programa desenhado para as Rádios de vocação nacional, jornais e TVs comunitárias.

INDICE

INTRODUÇÃO	5
CONCEITOS DE BASE	6
Linguagem Verbal e Língua	6
A Língua: Instituição Social	6
A Língua: Estatuto e Função	6
A Norma	6
A Norma e a Imprensa	7
MECANISMOS DE ESTRUTURAÇÃO TEXTUAL	7
As unidades fundamentais: frase e parágrafo	7
Propriedades da textualidade	8
Estrutura Temática: tópico e comentário	10
Estrutura Temática e Estrutura Informacional	11
Intertextualidade	13
ASPECTOS DA GRAMÁTICA	14
Sintaxe de Concordância	15
Sintaxe do adjetivo e do nome	15
Concordância Verbal	16
Sintaxe da Regência	17
LEITURA CRÍTICA DA IMPRENSA GUINEENSE	28
ANEXOS: TÓPICOS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO	30
Referências Bibliográficas	34

INTRODUÇÃO

A relação entre língua, informação e imprensa escrita é estreita e de natureza reflexiva. Independentemente do suporte utilizado — papel, audiovisual ou digital — a informação chega ao leitor por via da língua sendo, por conseguinte, determinante um bom domínio linguístico para garantir uma informação de qualidade. Foi esta a premissa que orientou as *Oficinas de Língua Portuguesa do Programa UE-PAANE*.

Este Guia de formação ilustra os casos mais representativos do conjunto de aspectos/conteúdos analisados ao longo da formação. Pretende-se que ele seja, para o leitor-jornalista, um auxiliar na identificação dos erros e desvios às regras da língua portuguesa. Importa, todavia, sublinhar que não se trata de um levantamento exaustivo de todos os aspectos identificados e analisados nas sessões de formação, e tão pouco de um manual de língua portuguesa para jornalistas.

Na seleção dos conteúdos privilegiamos os erros e/ou desvios linguísticos e gramaticais que aparecem com maior frequência na imprensa escrita bissau-guineense. Os exemplos de *casos-tipo* seleccionados para compor este Guia de formação foram retirados do material seleccionado, compilado e distribuído aos formandos no início da formação.

Os conteúdos foram organizados em quatro grupos e abordam as seguintes temáticas: Conceitos de Base; Mecanismos de Estruturação Textual; Aspectos de Gramática e Leitura Crítica da Imprensa Guineense. Em anexo incluímos alguns textos auxiliares de natureza e fonte diversa, que serviram de suporte à análise de algumas questões.

CONCEITOS DE BASE

Linguagem Verbal e Língua

A Linguagem verbal é uma faculdade do ser humano. A língua é a parte social da linguagem, por isso um indivíduo que nunca tenha sido exposto a uma língua não aprenderá a falá-la, embora esteja na posse de todas as faculdades da linguagem (ou seja, não tenha problemas fisiológicos, psíquicos...).

A Língua: Instituição Social

A língua é uma instituição social distinta de outras instituições (*como por exemplo as instituições políticas, jurídicas...*), é um sistema cujas prescrições (*regras e normas*) se aplicam a toda a comunidade que a utiliza. De todas as instituições sociais a língua é aquela que oferece menor margem às iniciativas (*individuais*). Isto acontece porque a língua é um produto da sociedade (*não de um indivíduo*) e como tal acompanha as transformações da comunidade de falantes que a utilizam.

A Língua: Estatuto e Função

O estatuto pode ser considerado como o conjunto de direitos e deveres atribuídos. O estatuto de uma língua, por regra geral, é estabelecido no quadro de uma política linguística. Uma determinada língua pode ter mais do que um estatuto; por exemplo num determinado país, uma língua pode ter o estatuto de língua oficial e em simultâneo ter o estatuto de língua oficial em organismos internacionais ou regionais. A função primeira de qualquer língua é comunicar, contudo outras funções podem derivar do estatuto que lhe foi atribuído. Assim uma língua oficial é em geral também a língua da administração e do ensino.

A Norma

A norma é um conjunto de regras, um código que nos ensina a falar e a escrever de forma ideal. A norma reflecte apenas uma parte da totalidade do uso que fazemos da

língua e é determinada de duas maneiras: por um lado pelas fontes escritas, por outro pela língua falada. A norma é um elemento sociocultural positivo mas pode tornar-se, também, um factor de discriminação e exclusão social. Há instituições que têm competência para decidir sobre questões de norma, por exemplo as Academias.

A Norma e a Imprensa

A Língua pode ser definida como um sistema, ou seja, como um conjunto de elementos, de estruturas e de regras, e a escola é a instituição onde se aprende a conhecer e utilizar essas regras. A imprensa é um veículo privilegiado da norma, por esse motivo sobre o jornalista recai uma enorme responsabilidade. No caso da Guiné-Bissau essa responsabilidade é acrescida, tendo em conta que o jornal é dos poucos documentos escritos de grande divulgação.

MECANISMOS DE ESTRUTURAÇÃO TEXTUAL

A palavra *TEXTO-TEXTUS* deriva do latim *TEXERE-TECER* e significava originalmente *material tecido*. A noção de tecido continua subjacente à definição de texto entendido como *uma narrativa escrita* cujos elementos devem ser conjugados de modo a constituir *um tecido harmonioso*.

As unidades fundamentais: frase e parágrafo

As unidades fundamentais de texto são a *frase* e o *parágrafo*. Um parágrafo é uma sequência de frases relacionadas com um assunto central: o *tópico frásico*. A unidade do parágrafo consiste em dizer uma coisa de cada vez, omitindo-se o que não é essencial ou não se relaciona com a ideia predominante. Por isso, na construção do parágrafo é importante evitar digressões para que fique clara a relação entre a ideia principal e as secundárias.

A análise dos jornais bissau-guineenses parece indicar que a notícia é o género jornalístico que menos problemas levanta relativamente à

construção do (s) parágrafo (s). O facto do *Lead* orientar e organizar a distribuição e o encadeamento das ideias ao longo do texto da notícia poderá explicar esse fenómeno. O *Editorial* e a *Reportagem* são os que maiores deficiências apresentam sobre essa matéria.

Propriedades da textualidade

Textualidade designa o conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser considerada um texto. A noção de textualidade abrange este conjunto de propriedades¹:

- Conectividade
- Intencionalidade
- Aceitabilidade
- Situacionalidade
- Intertextualidade
- Informatividade

Interessar-nos-emos, sobretudo, por duas dessas propriedades: a conectividade a intertextualidade.

A) Conectividade Sequencial → coesão textual

a) Coesão gramatical

coesão frásica (no interior da frase)

coesão Interfrásica (entre frases)

coesão temporal

coesão referencial

b) Coesão lexical:

¹ in Mira Mateus *et al* (1991) "Mecanismos de Estruturação Textual", 134-159

Reiteração (repetição de expressões linguísticas)

Substituição (sinonímia, antonímia...)

B) Conectividade Conceptual → coerência textual

Embora a conectividade deva ser encarada simultaneamente sob o ponto da coesão e da coerência, por motivos de clareza na exposição dos casos identificados na imprensa escrita bissau-guineense os exemplos relacionados com a coesão gramatical serão abordados no âmbito da morfossintaxe (Aspectos da Gramática).

A conectividade Conceptual é um factor de textualidade que resulta da interação entre elementos apresentados no texto e o nosso conhecimento do mundo. Para ilustrar alguns aspectos desta interação utilizamos os dois títulos abaixo como exemplos:

No que diz respeito ao primeiro título: **“54 Crianças suspeitas de tráfico”**, para além da palavra **supeitas** não ser apropriada (*propriedade lexical*), o nosso conhecimento do mundo e neste caso específico das leis, deveria ter levado o jornalista a questionar-se sobre a possibilidade de uma criança/menor poder ser considerada suspeita de tráfico.

No que diz respeito ao segundo título: **“Tensão na Península Ibérica: Situação na Correia do Norte pode ficar incontrollável”**. A falta de coerência resulta de uma relação anómala entre o antetítulo e o título; entre os dois não existe interdependência, ou seja não há uma relação de implicação. Trata-se, possivelmente, de um erro motivado pela palavra **Península** que se aplica aos dois espaços geográficos.



*Título 1: O problema de coerência textual está associado à utilização da palavra **supeitas** em vez de **vítimas**.*



*Título 2: O nosso conhecimento do mundo diz-nos que a **Península da Coreia** e a Península Ibérica estão geograficamente situadas em pontos distintos do Globo*

Estrutura Temática: tópico e comentário

Um texto fala sempre de um ou de mais assuntos — o(s) **tópico(s)** — e em geral o que diz acerca dele(s) — **o comentário** — acrescenta elementos sobre esse(s) tópico(s). O modo como os tópicos são selecionados e apresentados ao longo do texto determina a sua **Estrutura Temática**. Do ponto de vista da sintaxe da língua portuguesa, nas frases declarativas não marcadas, **o sujeito** desempenha a **função de tópico** e o **predicado** desempenha a **função de comentário**.

Exemplo: Estrutura temática

Tópico = *Bissau*

Comentário = *espera a missão de voluntários*

Exemplo: estrutura sintáctica

Sujeito = *Bissau*

Predicado = *espera a missão de voluntários.*

As palavras ou expressões que funcionam como tópico de um texto designam-se **tópicos discursivos** e as que funcionam como tópico de uma frase designam-se **tópicos frásicos**. Podemos considerar o **tópico discursivo** como sendo **o assunto central** de um texto (*artigo, reportagem, crónica, editorial, etc*), e o **tópico frásico** como sendo **a ideia central** de uma frase.

Exemplo de tópico discursivo:

Bissau espera a missão de voluntários portugueses.

Esta frase sintetiza o assunto central da notícia.

A mudança de foco pode determinar a inversão dos elementos, passando o que o comentário para a posição de tópico.

Tópico = Missão de voluntários

Comentário = esperada em Bissau

Foi possível constatar que a alteração da ordem dos elementos da estrutura temática está na origem de alguns dos erros ou desvios identificados na construção da estrutura sintáctica dos textos jornalísticos. Assim, aconselha-se ao jornalista menos experiente que privilegie, sempre que possível, a ordem básica:

Sujeito --> Verbo --> Complemento

Estrutura Temática e Estrutura Informacional

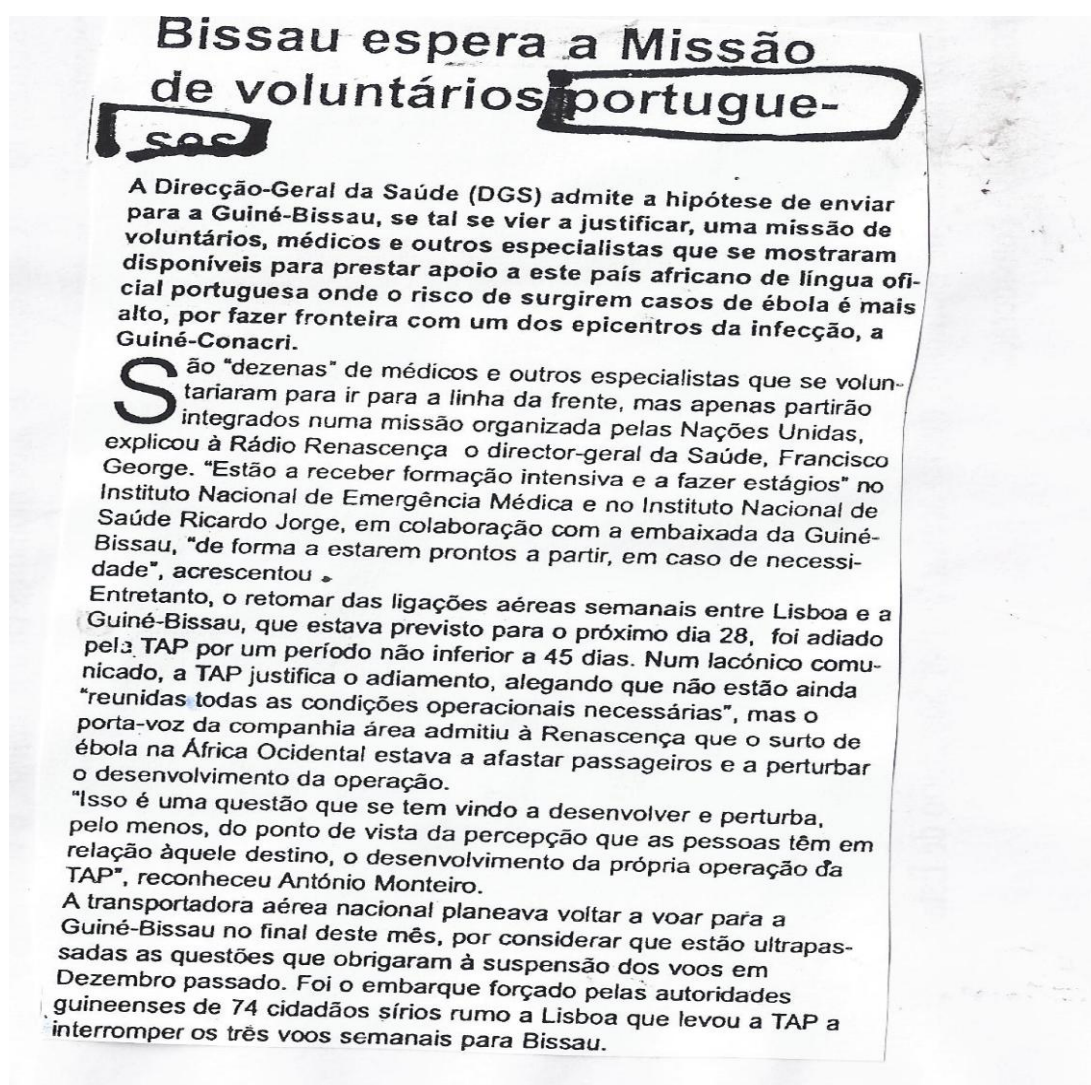
A **Estrutura informacional** é determinada pelo modo como a informação é distribuída ao longo do texto. A **Estrutura temática** e a **Estrutura informacional** estão profundamente ligadas.

A análise dos jornais permitiu-nos constatar que o jornalista recorre, em geral, à técnica **da pirâmide invertida** para organizar a estrutura temática e a estrutura informacional da **notícia**, que é o género informativo por excelência. Constatámos também que a inclusão sistemática na estrutura informacional de informações referentes ao dia da semana ou à hora nem

sempre é relevante, pelo facto de os jornais serem semanários e não diários.

Quando tal não acontece resulta uma ruptura na progressão temática. Na notícia sobre **a missão de voluntários**, a ruptura acontece na passagem do segundo para o terceiro parágrafo.

Não existe relação entre a chegada da missão de voluntários e o cancelamento dos vôos da TAP:



Em síntese, para que a **estrutura temática** de um texto seja coerente é necessário **que os elementos fornecidos pelo comentário sejam relevantes acerca do tópico**. Outra condição sobre a coerência temática de um texto é o modo como se processa a sua

progressão temática. O mesmo tópico discursivo (assunto) deve ser retomado ao longo do texto.

Intertextualidade

A intertextualidade designa a relação entre um determinado texto e outros textos. Do ponto de vista da construção do texto jornalístico a relação de intertextualidade pode ser associada à utilização que o jornalista faz de textos redigidos/publicados por outros órgãos de informação, podendo manifestar-se através de citações, comentários, reformulações, etc.

A análise dos jornais permitiu-nos concluir que é ao nível da conectividade sequencial (coesão gramatical) que se refletem os problemas relacionados com a intertextualidade e estão, sobretudo, associados ao desconhecimento das regras de utilização do discurso directo/indirecto/indirecto livre.

A utilização, por um determinado jornal, de textos publicados em outros órgãos de informação requer uma cuidada análise para evitar problemas não só de coesão gramatical, mas também de coesão referencial.

Três Membros da Polícia Timorense vão Integrar Missão da ONU

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, José Luís Guterres disse hoje (quinta-feira) que três membros da polícia timorense viajaram na quarta-feira para a Guiné-Bissau, para integrarem a missão da ONU **naquele país**.

O jornalista foi buscar a notícia a uma fonte externa, contudo apresentou-a como se fosse de sua autoria e tivesse sido escrita na Guiné-Bissau, não tendo tido o cuidado de substituir **naquele país** por **neste país**.



ASPECTOS DA GRAMÁTICA

A linguagem jornalística, quando é escrita, tem a obrigatoriedade de seguir a norma da língua, respeitando as regras gramaticais como a morfologia (organização interna das palavras), a sintaxe (organização interna dos constituintes frásicos, as concordâncias nominal e verbal, as regências nominal e verbal, a colocação pronominal e os processos de coordenação e de subordinação etc.).

Na Guiné Bissau, por interferência do crioulo de base lexical portuguesa, o português coloquial falado pelos guineenses tende a representar padrões gramaticais mais comuns do kriol, facto linguístico considerado por muitos como erro. Porém, essas incorrecções podem ser tidas como interferências ou ainda aspectos de uma incipiente variedade do português guineense. Essas interferências podem ser encontradas nos textos jornalísticos guineenses escritos (fonémica). Por exemplo, a preposição locativa do crioulo guineense **na** é multifuncional, podendo servir para indicar as diferentes circunstâncias de lugar expressas no português europeu por diversas preposições tais como **de** (vir de), **para** (ir para), **em** (estar em) e **por** (passar por). Tal interferência da “multifuncionalidade” da preposição **na** pode ser encontrada, por exemplo:

“**Saiu no** PRS pela porta grande”. (Última Hora, 28/12/2012) – interferência do crioulo
(**Saiu do** PRS pela porta grande) - norma do português

Ou ainda (texto oral):

Pt.guineense	Eles	correram	do	sol.
Kriol	<i>E</i>	<i>kuri</i>	<i>di</i>	<i>sol</i>
Análise	pronome	forma verbal	cont preposição	nome
Pt.padrão	Fugiram do sol. (Abrigaram-se à sombra).			

Neste trabalho serão tratados pontualmente aspetos da gramática que se relacionam com a coesão textual e não um estudo exaustivo de todas as ocorrências de

interferências ou da gramática propriamente dita. O anexo gramatical no fim deste manual tem mais estudos sobre as normas básicas do português.

Havendo uma necessidade de harmonizar a escrita do português, seguem-se algumas orientações gramaticais exemplificadas com enunciados extraídos dos jornais editados em Bissau bem como de outros exemplos recolhidos de outras fontes.

Sintaxe de Concordância

Concordância Verbal e Nominal (CV e CN)

DEFINIÇÃO: Concordância é a correspondência de flexão (terminações) entre dois ou mais termos, podendo ser verbal ou nominal .
--

Observe:

1. Muitas famílias vulneráveis e comunidades inteiras estão a sofrer.
2. A comunidade inteira está a sofrer.

No primeiro exemplo, o verbo estar encontra-se na terceira pessoa do plural, concordando no número plural com o seu sujeito, <i>muitas famílias vulneráveis</i> .

No segundo exemplo, os adjetivos <i>muitas famílias vulneráveis</i> concordam em gênero (feminino) e número (plural) com o substantivo a que se referem: <i>famílias</i> . Nesses dois exemplos, as flexões (terminações) de pessoa, número e gênero se correspondem.

Sintaxe do adjetivo e do nome

No português padrão, quando o adjetivo é colocado à esquerda do nome que qualifica, tem um significado mais subjetivo , e quando é colocado à direita tem um significado mais objetivo :
--

3. Depois do **negativo** balanço dos militares o país também aguarda que os políticos façam. (Última Hora, 28/12/2012) – **sentido subjetivo**

4. Depois do balanço **negativo** dos militares, o país também aguarda que os políticos façam. – Sentido objetivo

Concordância Verbal

A concordância verbal ocorre quando o verbo se flexiona para concordar com seu sujeito em número e pessoa gramatical.

a) Sujeito Simples

Regra Geral

O sujeito sendo simples, com ele concordará o verbo em **número e pessoa**.

Veja os exemplos:

5. Muitas famílias vulneráveis estão a sofrer.

b) Sujeito composto

O sujeito sendo composto, com ele concordará o verbo em **número plural** e na respectiva pessoa gramatical.

6. Muitas famílias vulneráveis e comunidades inteiras estão a sofrer.

CASOS PARTICULARES

Há muitos casos em que o sujeito simples é constituído de forma que fazem o falante hesitar no momento de estabelecer a concordância com o verbo. Às vezes, a concordância puramente gramatical é contaminada pelo significado de expressões que nos transmitem noção de plural, apesar de terem forma de singular ou vice-versa. Por isso, convém analisar com cuidado os casos a seguir.

Quando o sujeito é formado por uma expressão partitiva (parte de, uma porção de, o grosso de, metade de, a maioria de, a maior parte de, grande parte de...) seguida de um substantivo ou pronome no plural, o verbo pode ficar no **singular** ou no **plural**.

7. A maioria dos deputados **aprovou** a moção de confiança.
8. A maioria dos congressistas **aprovaram** a ideia.

Esse mesmo procedimento pode se aplicar aos casos dos coletivos, quando especificados:

Por Exemplo:

9. Um **bando** de vândalos **destruiu** o país.
10. Um bando de **vândalos** **destruíram** o país.

Obs.: nesses casos, o uso do verbo no singular enfatiza a unidade do conjunto; já a forma plural confere destaque aos elementos que formam esse conjunto.

Sintaxe da Regência

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

DEFINIÇÃO: Dá-se o nome de **regência** à relação de subordinação que ocorre entre um verbo (ou um nome) e seus complementos. Ocupa-se em estabelecer relações entre as palavras, criando frases não ambíguas, que expressem efetivamente o sentido desejado, que sejam corretas e claras.

REGÊNCIA VERBAL

Termo Regente: VERBO

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais).

O estudo da regência verbal permite-nos ampliar a nossa capacidade expressiva, pois oferece oportunidade de conhecermos as diversas significações que um verbo pode assumir com a simples mudança ou retirada de uma preposição.

Observe:

11. A UEMOA **assiste** a Guiné Bissau no seu desenvolvimento. **Assistir = ajudar**
12. A UEMOA **assiste** **ao** desenrolar da crise política na Guiné Bissau. **Assistir a = acompanhar**

Logo, conclui-se que **assistir** seguido de um complemento direto (\emptyset preposição) significa "ajudar" que é diferente de **assistir** seguido de um complemento indireto (assistir seguido de preposição) significa "acompanhar".

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido do que se está a ser dito.

Vejamos alguns exemplos:

13. Cheguei **à** Bissau.
14. Cheguei **de** Bissau.

No primeiro caso, Bissau é o lugar a que **vou**; no segundo caso, é o sítio de onde **venho**.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL (PRÓCLISE, MESÓCLISE, ÊNCLISE)

DEFINIÇÃO: É o estudo da colocação dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) em relação ao verbo. Os pronomes átonos podem ocupar 3 posições: antes do verbo (**próclise**), no meio do verbo (**mesóclise**) e depois do verbo (**ênclise**).

PRÓCLISE

Usamos a próclise nos seguintes casos:

Com palavras ou expressões negativas: não, nunca, jamais, nada, ninguém, nem, de modo algum colocados antes dos verbos.

Na pronominalização do complemento direto da frase:

15. Nada perturba **o** presidente;

Teríamos **o presidente**, complemento direto da frase, substituído por um pronome oblíquo átono anteposto à forma verbal, devido à presença da forma negativa (também chamado de forma atractiva) **nada**.

16. **Nada o** perturba.

17. **Ninguém o** perturba.

Com conjunções subordinativas: quando, se, porque, que, conforme, embora, logo, que:

(O Ministro da economia é um expert em economia)

18. **Quando se** trata de economia, ele é um “expert”.

19. É necessário **que o** deixem no governo.

Advérbios

20. **Aqui se** tem paz.

21. **Talvez o** veja na escola.

OBS: Se houver vírgula depois do advérbio, este (o advérbio) deixa de atrair o pronome.

22. Aqui na ANP, trabalha-se.

Pronomes relativos, demonstrativos e indefinidos. (norma brasileira)

23. **Alguém me** ligou? (indefinido)

24. A pessoa **que me** ligou era minha amiga. (relativo)

25. **Isso me** traz muita felicidade. (demonstrativo)

Em frases interrogativas.

26. **Quanto me** cobrará pela tradução?

Em frases exclamativas ou optativas (que exprimem desejo).

27. Deus o abençoe!

28. Macacos me mordam!

29. Deus te abençoe, meu filho!

Com verbo no gerúndio antecedido de preposição EM.

30. Em se tratando de beleza, ela é campeã.

Com formas verbais proparoxítonas

31. Nós o censurávamos.

MESÓCLISE

Usada quando o verbo estiver no futuro do presente (vai acontecer – amarei, amarás,...) ou no futuro do pretérito (ia acontecer mas não aconteceu – amaria, amarias, ...)

32. **Convidar-me-ão** para a festa.

33. **Convidar-me-iam** para a festa.

Se houver uma palavra atrativa, a *próclise* será obrigatória.

34. **Não** (palavra atrativa) **-me** convidarão para o governo.

ÊNCLISE

Ênclise de verbo no futuro e particípio está sempre **errada**.

35. **Tornarei-me** político..... (**errada**)

36. Tinha **entregado-nos**.....(**errada**)

Ênclise de verbo no infinitivo está sempre **certa**.

37. Entregar-lhe (correta)

38. Não posso recebê-lo. (correta)

Outros casos:

Com o verbo no início da frase:

39. **Entregaram-me** as camisas.

Com o verbo no imperativo afirmativo:

40. Políticos, **comportem-se**.

Com o verbo no gerúndio:

41. Saiu **deixando-nos** por instantes.

Com o verbo no infinitivo impessoal:

42. Convém **contar-lhe** tudo.

OBS: se o gerúndio vier precedido de preposição ou de palavra atrativa, ocorrerá a próclise:

43. **Em se tratando** de instabilidade, somos os campeões.

44. Demitiu o governo, **não nos revelando** os motivos.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS LOCUÇÕES VERBAIS

Locuções verbais são formadas por um verbo auxiliar + infinitivo, gerúndio ou particípio.

AUX + PARTICÍPIO: o pronome deve ficar depois da forma verbal conjugada. Se houver palavra atrativa, o pronome deverá ficar antes da forma verbal conjugada.

45. **Havia-lhe contado** a verdade.

46. **Não** (palavra atrativa) **lhe havia** contado a verdade.

AUX + GERÚNDIO OU INFINITIVO: se não houver palavra atrativa, o pronome oblíquo virá depois do verbo auxiliar ou do verbo principal.

Infinitivo

47. Quero-**lhe dizer** o que aconteceu.

48. Quero **dizer-lhe** o que aconteceu.

Gerúndio

49. Iamos-**lhe dizendo** o que aconteceu.

50. Iamos **dizendo-lhe** o que aconteceu.

Se houver palavra atrativa, o pronome oblíquo virá antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal.

Infinitivo

51. **Não lhes queremos dizer** o que aconteceu no nosso país.

52. **Não queremos dizer-lhes** o que aconteceu no nosso país.

Gerúndio

53. **Não lhe ia dizendo** a verdade.

54. **Não ia dizendo-lhe** a verdade.

ANÁLISE SINTÁTICA E ANÁLISE MORFOLÓGICA

Todos nós já estudamos a gramática da língua portuguesa nas escolas, logo sabemos que uma gramática é dividida em várias partes: fonética, morfologia, sintaxe, etc.

A divisão foi feita para nos ajudar a compreender como funcionam as palavras na oração: sozinhas ou em relação às outras.

Porém tal divisão, às vezes, confunde, principalmente quando o assunto é morfologia e sintaxe. Muitos confundem as duas partes e acabam por misturá-las numa análise.

A morfologia é a parte da gramática que considera a palavra em si (sozinha), já a sintaxe estuda a palavra em relação às outras que se acham na mesma oração.

Em resumo, uma palavra exerce na oração duas funções: a morfológica que é a que a palavra exerce quanto à classe a que pertence (substantivo, adjetivo, pronome, etc) e a sintática, que vem a ser a que a palavra exerce em relação a outros termos da oração. Nesse caso, a palavra poderá desempenhar vários papéis (sujeito, objeto, etc).

"**PAIGC** marca o congresso" - (Expresso de Bissau, 18/01/2013 pag 3, Adaptado).

Se analisarmos a palavra "PAIGC" no sentido morfológico, temos um substantivo próprio, já na sintaxe "PAIGC" é o sujeito simples da oração.

ANÁLISE MORFOLÓGICA

PAIGC:	substantivo próprio
marca:	verbo
o:	artigo
congresso:	substantivo comum

ANÁLISE SINTÁTICA

PAIGC:	sujeito
marca:	núcleo do predicado verbal (marca o congresso)
o:	adjunto adnominal
congresso:	núcleo do objeto direto (o congresso)

Não é difícil, basta prestar atenção e saber de que tipo de análise (a morfológica ou a sintática) se trata.

Sujeito Simples - é expresso apenas num núcleo.

O PAM anuncia que precisa de doadores. (Bantaba de Nobas, 18/4/2013, Adaptado).

Sujeito composto - é expresso, pelo menos, por dois núcleos, separados por vírgula ou pela copulativa “e”

Muitas famílias vulneráveis e comunidades interias estão a sofrer. (Bantaba de Nobas, Adaptado).

Sujeito Subentendido - não é expresso porque se subentende o agente da acção. Isso acontece quando o agente ou os agentes da acção aparecem expressos em frases ou orações anteriores ou posteriores à frase em causa.

PAIGC marca o congresso para o mês de maio, assina o pacto de transição e considera readmitir militantes suspensos. - (Expresso de Bissau, 18/01/2013 p. 3, Corrigido e adaptado).

A primeira oração explicita o sujeito (PAIGC MARCA). Por isso, na segunda e na terceira é desnecessário explicitá-lo por ser o mesmo (PAIGC ASSINA...), (PAIGC CONSIDERA READMITIR...). Passa, assim, a estar subentendido através da forma verbal que corresponde à mesma pessoa gramatical.

Sujeito Indeterminado - distingue-se do sujeito subentendido, porque não vem expresso anterior ou posteriormente à frase em causa, visto o sujeito não interessar tanto quanto a acção em causa. É ela (a acção) que se torna o centro das atenções da frase:

***Estão a ser feitas** investigações ao banco por causa do dinheiro que terá sido disponibilizado por Angola.* (Nô Pintcha, 14 de Março de 2014)

Não só se desconhece o sujeito da acção, como aquilo que se pretende realçar são as investigações ao banco, o acontecimento em si.

***Disse-se** muita asneira naquele congresso.* (adaptado)

Em **7** a partícula “se” denominada “índice de indeterminação do sujeito” tem o mesmo valor que a forma verbal na 3ª pessoa do plural na frase acima: o que interessa é a acção – o ter-se dito asneiras e não quem as disse.

Sujeito Inexistente - existem verbos que não possuem sujeito; são verbos que expressam fenómenos da natureza.

Trovejou muito esta tarde. (adaptado)

Choveu muito no dia 19. (adaptado)

PREDICADO

Predicado Nominal - É constituído por um **verbo copulativo** ou de significação indefinida (como ser, estar, aparecer, continuar, ficar, parecer, permanecer, etc), isto é, um verbo que necessita ser acompanhado de um nome, um pronome, um adjectivo, um advérbio, que referindo-se ao sujeito, completa a sua significação

*A Rádio Nacional **foi** reaberta.* (Última Hora, 28 de Dezembro de 2012)

*O antigo ministro **continuou** detido durante 3 dias.* ((Nô Pintcha, 14 de Março de 2014, Adaptado) adaptado)

*O antigo ministro **esteve** detido.* (Nô Pintcha, 14 de Março de 2014, Adaptado)

Predicativo do Sujeito - É a função sintáctica desempenhada pela palavra ou expressão que se junta aos verbos copulativos ou de significação indefinida.

*A Rádio Nacional **foi reaberta.*** (Última Hora, 28 de Dezembro de 2012, Adaptado)

*JOMAV **está proibido** de sair do país.* (Nô Pintcha, 14 de Março de 2013 - Adaptado)

Não confundir:

*O processo dos dois agentes da PJ de Cabo Verde **está** em segredo de justiça.* (Gazeta de Notícias, 25/07/2013)

Predicado Verbal - É constituído por um verbo que, por si só, pode constituir predicado seguido ou não de complemento. É constituído por um verbo significativo, que pode ser **intransitivo** ou **transitivo**.

*DSP **insistiu** na dignificação dos veteranos. (Gazeta de Notícias, 25/07/2013)*

*Na semana passada, o antigo ministro **apresentou** a candidatura à liderança do PAIGC.*

(Nô Pintcha, 14 de Março de 2014, Adaptado)

Verbo intransitivo — É aquele que tem sentido completo, não carecendo, por isso, de qualquer complemento.

*... O que não **aconteceu**. (Nô Pintcha, 14 de Março de 2014, Adaptado)*

*O meu sobrinho já **nasceu**.*

Verbos transitivos: São aqueles que, possuindo embora significação, se revelam insuficientes para exprimir integralmente a acção, precisando, portanto, de ser completados.

Esse complemento pode ligar-se directamente ao verbo (**complemento directo - CD**) ou por intermédio de uma preposição (**complemento indirecto - CI**). Em alguns casos o verbo exige os dois tipos.

PAIGC **marca o congresso**. (CD - "o congresso")

O presidente **falou ao país**. (CI - "ao país")

A Maria **escreveu uma carta à tia**. (CD - "uma carta", CI - "à tia")

Complemento Directo - É a palavra ou palavras que designam o objecto sobre o qual recai directamente a acção significada pelo verbo.

O QUÊ?

*O caso envolve **9,1 milhões** de dólares. (Nô Pintcha, 14 de março de 2013)*

*O caso envolve **o quê?** – Envolve **9,1 milhões de dólares***

Predicativo do complemento directo - Alguns verbos pedem, além do complemento directo, uma palavra ou expressão equivalente que, completando a sua significação, qualifica aquele complemento.

*Encontrei-o **pensativo**.*

*Considerava-o **como um filho**.*

Podem predicativo do complemento directo os verbos transitivos (quando estiverem na voz activa): **Achar, chamar, considerar, nomear, declarar, denominar, tornar...**

Complemento Indirecto- É a palavra ou expressão que designa a pessoa ou coisa sobre a qual indirectamente recai a acção expressa pelo verbo.

A QUEM?

Emprestei-**lhe** um livro.

Dou aula **aos alunos**

ELEMENTOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO

Complemento Circunstancial - designa uma circunstância ocasional da acção do verbo.

De modo:

O director da Imprensa Nacional, Victor Cassamá, afirmou **com satisfação** que o novo modelo de passaporte garante maior segurança. (*adaptado - Bantabá de Nobas, 13 de abril de 2013*);

De lugar:

O presidente da Assembleia Nacional Popular, Cipriano Cassamá, afirmou **na cidade da Praia** que nada impede o regresso de Cadogo ao país. (adaptado)

De tempo:

O Centro tem capacidade para produzir 250.000 passaportes **por ano**. (*adaptado - Bantabá de Nobas, 13 de abril de 2013*)

De fim:

Temos de “Meter as mãos na Lama para viver”.

De companhia:

Vive com a família.

De meio:

Viaja de avião.

De causa:

Caiu de fraqueza.

Atributo- É o adjectivo que se junta imediatamente ao nome para qualificá-lo:

Homem **alto**.

Lemos um livro **magnífico**.

Aposto - É o nome (ou expressão equivalente) que se junta a outro nome para lhe acrescentar alguma informação.

O director da Imprensa Nacional, **Victor Cassamá**, afirmou com satisfação que o novo modelo de passaporte garante maior segurança. (*Bantabá de Nobas, 13 de abril de 2013*)

Agente da Passiva- É o complemento que indica o responsável pela prática da acção na forma passiva das frases. O nome que designa o agente vem, geralmente, regido da preposição por.

O antigo Ministro das finanças foi ouvido **pelo Ministério Público**. (*Nô Pintcha, 14 de março de 2013*)

Complemento Determinativo - É o complemento introduzido pela preposição **de**, que acrescenta alguma indicação ao nome que o precede.

O director **da Imprensa Nacional**, Victor Cassamá, afirmou com satisfação que o novo modelo de passaporte garante maior segurança. (*adaptado - Bantabá de Nobas, 13 de abril de 2013*)

Vocativo - É o complemento que designa o nome da pessoa, animal ou coisa personificada, a quem nos dirigimos.

Ó Catarina, chega aqui.

Tens razão, **Mariana**.

Artur! - Chamou o pai.

LEITURA CRÍTICA DA IMPRENSA GUINEENSE

1.O recurso a revisores de competência comprovada para a correção prévia dos textos jornalísticos é uma condição necessária para a melhoria da escrita do texto jornalístico em português, mas não é suficiente.

- O cuidado com a escrita deve estar presente logo na admissão de estagiários, que além de terem formação jornalística de base, devem dar provas de domínio da escrita da língua;

- Os textos dos estagiários e do pessoal menos experiente das redações devem passar sempre pelo crivo dos editores/chefes de secções, estes últimos também devem ter conhecimento/formação e disponibilidade (não devem sofrer constante sobrecarga por falta de pessoal), a fim de poderem fazer um trabalho de qualidade;

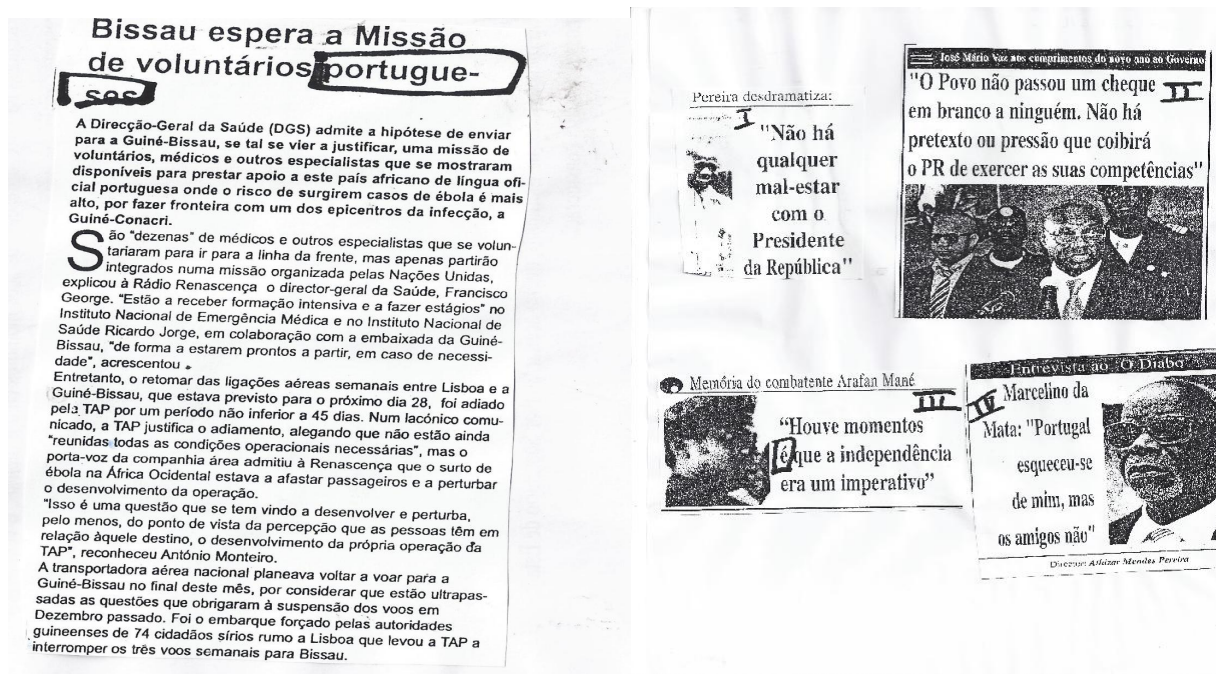
- As empresas jornalísticas devem esforçar-se por recrutar pessoal com formação universitária, dotar as redações de mais pessoal de qualidade e organizar melhor o trabalho de identificação e seleção de assuntos, assim como a atribuição de tarefas, nomeadamente pela regularização e sistematização das reuniões/conferências da redação ou das secções.

É óbvio que a implementação destas condições implica a melhoria da situação salarial e laborar do pessoal, bem como a disponibilização de equipamentos, meios financeiros e logísticos. Tudo isto junto requer ainda uma reformulação do modelo empresarial dos jornais (passando talvez pela fusão e integração de alguns títulos), a fim de ultrapassarem as suas atuais fragilidades.

2- A paginação dos jornais e a arrumação textual e visual das edições, nomeadamente a colocação de manchetes, ante-títulos, títulos e sub-títulos, assim como as “chamadas” além de obedecerem a regras e normas gramaticais e de sintaxe, devem estar ainda sujeitas a rigorosos critérios de harmonia e de coerência lexical, assim como de exigências sintética e estética.

- Por isso, recomenda-se não repetir o exemplo de translineação tal como o ilustra o título da notícia abaixo. Para evitar este tipo de ocorrências, é melhor recorrer a um título mais compacto.

Pelos mesmos motivos, não se deve abusar de citações nas “chamadas”, seja na primeira página ou no interior.



3. Sendo na sua maioria jornais semanais, o tratamento que fazem da informação, tanto do conteúdo, como da sua apresentação, com bastante frequência não é o mais adequado à sua periodicidade (mesmo no caso do Nô Pintcha, que é bissemanal). Colocam mais o acento tónico no “quando”, quando devia ser no “O quê”. Por outras palavras, a abordagem devia ser mais para explicar o assunto, do que apenas descrever o assunto. Isto também é válido para a escolha de manchetes e a colocação de títulos.

4. A imprensa guineense depende bastante da agenda externa às redações. Ela ocorre às celebrações, às conferências de imprensa e aos comunicados de diversas entidades que procuram os seus serviços e que tendem a ser dominantes nas suas páginas. No geral acabam por publicar quase os mesmos assuntos e temas, com pouca preocupação de variedade e de originalidade, necessárias até por uma questão de

concorrência. Com frequência o público lê aquilo que já tinha ouvido nas rádios ou visto na televisão.

- Sem deixar de atender às solicitações alheias, a imprensa deve conceber a sua própria agenda, e conciliar o tratamento dos temas das conferências, ateliês, seminários, etc, como uma abordagem mais profunda, socialmente abrangente e interessante, de acordo com um público cada vez mais exigente em termos da qualidade e relevância da informação. Isto também implica olhar mais para fora das salas dos eventos oficiais ou fazer reportagens sem ser à trela dos organizadores de um ou outro acontecimento. Mais uma vez, importa referir que esta abordagem tem os seus custos.

- Além de regras ético-deontológicas próprias, o trabalho jornalístico, à semelhança de outras profissões, tem um suporte filosófico e científico, cujo conhecimento mínimo deve ser exigido às redações. Tem de se cultivar a cultura jornalística, que repousa em saberes e tradições antiquíssimas, mas também nos conhecimentos técnicos e humanos, que nos habilitam a distinguir o bem do mal, o feio do bonito, o permitido do proibido. A inovação, a originalidade e mesmo o sensacionalismo devem estar enquadrados dentro destes parâmetros.

ANEXOS: TÓPICOS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO

O que é a norma?

Como se constrói?

Qual a sua importância?

Qual o papel da escola?

A norma é um conjunto de regras, um código que nos ensina a falar e a escrever de forma ideal. Ora, sendo um código, não pode corresponder à realidade: se **a língua não é una e imutável**, como poderia existir um código que contemplasse todas as situações, todas as imprevisibilidades do uso da língua? **A norma reflecte**, portanto, apenas **uma parte** da totalidade desse uso e é determinada de duas maneiras: por um lado pelas fontes escritas, por outro pela língua falada. (Mateus e Carneira, 2007: 22)

Mas não são todas as fontes escritas nem toda a língua falada que fundamentam a codificação da língua. Cria-se um modelo de língua a partir das “autoridades”. Autoridades são os bons escritores (aqueles que a sociedade reconhece como tal) e um círculo restrito de falantes. Esse círculo pode ser constituído pelas pessoas cultas de

determinada região. Em Portugal, discutia-se se essa região seria Coimbra (sede tradicional da Universidade) ou Lisboa (capital, sede do poder político). Essa discussão não faz sentido. (Mateus e Cardeira, 2007: 22-23)

O grande **meio de difusão da norma** é actualmente a televisão: em mais nenhum sítio se reúne um grupo tão restrito de pessoas com tanto poder de comunicar e com tanta necessidade de se esforçar por ser compreendido por tão largo círculo de espectadores, e essa necessidade de clareza implica uma uniformização que não admite diferenças dialectais. Contudo, a língua tendencialmente uniforme desse pequeno círculo não é independente da totalidade e, exposta às influências externas, vai sendo gradualmente transformada. Assim, **todos contribuímos** para a evolução do nosso idioma e para a constituição de norma, **mas em graus diferentes**. (Mateus e Cardeira, 2007: 23)

Quando falamos de norma-padrão, convém distinguir entre **língua portuguesa e língua de Portugal**. Em Portugal temos uma norma-padrão (modelo ideal), que se aproxima da norma culta (modelo real, usado pelas camadas mais escolarizadas da sociedade), além das várias normas regionais e sociais e dos diferentes registos. Contudo, a língua portuguesa não está limitada a Portugal: na história da expansão do Português para lá das primitivas fronteiras encontramos a justificação para que o nosso sistema linguístico, acolhido por tantas sociedades diferentes, se tenha transformado em um complexo **diassistema**, com **mais do que uma norma padrão**. (Mateus e Cardeira, 2007: 26)

A diferença entre **norma-padrão** (ideal) e **norma culta** (real) é que a primeira só tem existência virtual. Se compreendermos que a norma-padrão corresponde a um modelo ideal construído pela história de uma língua e da sua sociedade, não tem existência real, teremos que admitir que alguns registos se aproximam mais desse modelo do que outros. **O acesso à escola, aos meios de comunicação**, fornece-nos uma norma culta, socialmente mais valorizada e que se aproxima do modelo ideal, a norma padrão. (Mateus e Cardeira, 2007: 26-27)

(...) Nesta perspectiva, a norma é um elemento sociocultural positivo mas torna-se, também, um factor de discriminação e exclusão social. Uma vez que a norma-padrão não é um modelo natural, ela tem que ser transmitida. E deve ser esse **o papel da escola: evitar a exclusão**, facultando a todos o conhecimento do padrão linguístico e a competência para o utilizarmos. (Mateus e Cardeira, 2007: 28)

Por vezes a língua da casa colide com a língua da escola. Nesse caso o papel do professor reveste-se de um certo melindre. (...) Será o início de uma sensibilização às diferentes **variedades linguísticas**, sejam elas de **natureza social ou regional ou outra**. Será o momento para a tomada de consciência de que [o aluno] se confrontará com várias normas, começando por saber que também a língua que usa é **a norma do grupo a que pertence**. E que há normas que regulam quer o oral quer a escrita, dependendo do grau de formalidade ou informalidade com que se fala ou escreve. (Ferraz, 2007: 19)

13 Março 2015

Editorial

O jornalismo e a língua portuguesa

O acto de escrever, qualquer que seja a sua vertente, traz consigo uma responsabilidade social evidente. Quando comunicamos com os outros, quando lemos para os outros, quando transmitimos notícias, quando opinamos, estamos a exercer não apenas pressão sobre quem nos lê, quem nos ouve e quem nos vê, mas também a ajudar à transmissão de ideias, de princípios e muitas vezes de conclusões. Essa responsabilidade não se mede apenas pelo cuidado extremo que devemos ter em dar esta ou aquela notícia, em passar esta ou aquela mensagem, em dar um palpite sobre este ou aquele assunto. Passa, básica e essencialmente por, a partir de nós próprios, saber, o que dizemos (o que escrevemos, o que filmamos, o que lemos - pouco importa), utilizando para o efeito o principal instrumento que temos nas nossas mãos: a utilização das línguas, quaisquer que elas sejam. No nosso caso concreto, em que nos expressamos na língua portuguesa, trata-se, em primeiro lugar, de a dominar da forma mais correcta e absoluta que for possível. Utilizando o nosso português, não deitando fora em várias circunstâncias até mesmo o nosso calão que, por exemplo, do ponto de vista literário ou oral torna até a língua mais rica, mais colorida e aproveitando as transgressões que vem sofrendo em Angola, na interinfluência com as línguas nacionais. Porém, utilizando-o correctamente. Vivendo numa realidade onde a iliteracia faz escola e o muito pouco que a maior parte das pessoas sabe situa-se no âmbito do “ou- vir dizer”, do “ver de passagem”, do “ler na diagonal”, o uso escrito e falado da língua não pode nem deve estar sujeito a que qual- quer pessoa assine artigos, escreva notícias, leia crónicas ou apresente um programa de televisão. Seja em que âmbito for, só podem ser jornalistas aqueles que, com fluidez, precisão, clarividência e conhecimento de causa, manejem a língua, apropriando-se dela de forma intrínseca e fazendo dela um instrumento verdadeiro e socialmente útil de difusão: seja da actualidade ou do conhecimento. O facilitismo que abunda entre nós e que permite a qualquer cidadão auto-intitular-se jornalista e, mais grave ainda, exercer a profissão, abre caminho para um desaprender colectivo e generalizado, a adopção por parte de quase toda a comunidade de erros básicos e crassos e em consequência, a generalização do erro como carimbo para quem se apresente como jornalista e angolano. **Há anos que batemos nesta tecla, sem resultado aparente. Bem pelo contrário. Cada vez se difundem mais, quaisquer que sejam os meios de comunicação social, “assassinatos” quotidianos da arte da escrita, como da arte da palavra, sem que, aparentemente, surja alguém (instituição, estrutura, seja o que for) que ponha**

efectivamente um freio a esta vulgaridade em que já caímos há muito tempo, influenciando, implicitamente, milhares de pessoas. É certo que é um fenómeno não localizado. Porém, temos de nos concentrar em nós próprios e sermos os primeiros a admitir a falta de interesse, de curiosidade, de empenho, de estudo, de aplicação. Dia após dia, semana após semana, mês após mês, ano após ano, mesmo depois de corrigidos, eis os erros a brotarem de todo o lado. Mais grave ainda, porque demonstramos, não apenas falta de qualquer pinga de orgulho na profissão, mas acima de tudo um profundo desrespeito pelos que nos seguem e repetem, crédulos, embora não isentos de culpa, o resultado da ignorância, da falta de vontade, do comodismo e da preguiça, tudo misturado com uma dose generosa de vaidade, de petulância e de um auto-convencimento gratuito. Porque é falso. Porque não corresponde à verdade. Sem leitura, sem um estudo continuado e permanente, sem ter aquilo a que se convencionou chamar de “cultura geral” e, repetimos, sem o domínio, tão absoluto quanto possível, da nossa principal ferramenta de trabalho – a língua – podemos até ter o nosso nome numa equipa de redacção qualquer. Mas nunca seremos Jornalistas.

(In *Novo Jornal*, pág. 18, de 13/03/2015)

Referências Bibliográficas

Bill Kovach, Bill e Rosentiel, Tom (2004) *Os elementos do jornalismo. O que os profissionais devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.

Casteleiro, João Malaca e Correia, Pedro Dinis (2008) *O Novo acordo ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa: Texto Editores.

Castro, Ivo (2004) *Introdução à história do português. Geografia da língua. Português antigo*. Lisboa: Colibri.

Coimbra, Olga Mata e Coimbra, Isabel (2000) *Gramática activa 1*. Lisboa: LIDEL

Coimbra, Olga Mata e Coimbra, Isabel (2000) *Gramática activa 2*. Lisboa: LIDEL

Ferraz, Maria José (2007) *Ensino da língua materna*. Lisboa: Caminho.

Mateus, Maria Helena Mira, Brito, Inês e Isabel Faria (1989) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Mateus, Maria Helena Mira e Carneira, Esperança (2007) *Norma e Variação*, Colecção: O Essencial sobre a Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho.

Pasquale & Ulisses. (2004) *Gramática da Língua Portuguesa*. Livro do Professor. São Paulo: Editora Scipione.

Outros Documentos já disponíveis:

- I. Estudo “Os Media na Guiné-Bissau”
- II. Manual dos Radialistas para Rádios Comunitárias (Versão Actualizada)
- III. Plano Estratégico para Rádios Comunitárias

Contactos úteis:

Ministério da Tutela

*Ministério dos Negócios Estrangeiros,
da Cooperação Internacional e das
Comunidades Direcção Geral da
Cooperação Internacional
Praça dos Heróis Nacionais
Rua Omar Torrijos
C.P. 190 Bissau
Email: coop.paane@gmail.com*

Unidade de Gestão do Programa

*Coordenadora da UGP: Sonia Sánchez Moreno
Rua 10, Dr. Severino Gomes de Pina (antigo Edifício Função
Pública Telemóvel: 5730588
Email: ugp.paane@gmail.com*

Financiamento



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do PAANE – Programa de Apoio Aos Actores Não Estatais e não pode em caso algum ser tomada como expressão da posição da União Europeia.